

A vereadora que esta subscreve vem, pelas prerrogativas garantidas na Lei Orgânica do Município, após ser dada ciência ao Plenário desta Casa de Leis, requerer que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo Municipal o seguinte:

**PROJETO DE LEI Nº           /2025**

**DISPÕE SOBRE A ATIVIDADE DE CONDUTOR AMBIENTAL LOCAL, EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** Esta Lei estabelece normas e procedimentos relacionados aos serviços de visitação e turismo prestados por condutores ambientais em Unidades de Conservação Municipais e em Unidades de Conservação administradas pelo Poder Público Municipal, no âmbito do município de Serra.

**Art. 2º** Para fins desta Lei entende-se como Condutor Ambiental Local:

I - Condutor ambiental Local: o profissional, morador do Interior ou do entorno da Unidade de Conservação, que recebeu capacitação específica, cadastrado no órgão gestor de Unidades de Conservação, e com a atribuição de conduzir em segurança visitantes em espaços naturais cu áreas legalmente protegidas, apresentando conhecimentos específicos da localidade em que atua, desenvolvendo atividades interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado, além de contribuir para o monitoramento dos impactos socioambientais nos sítios de visitação.

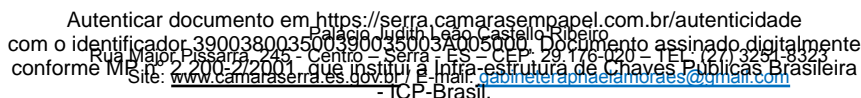
II- Autorização para prestação de serviço: ato administrativo unilateral, precário, com validade, por meio do qual a Secretaria Municipal de Meio Ambiente concede o credenciamento e consente a prestação de serviço comercial de condução de visitantes, não acarretando qualquer custo adicional aos cofres públicos, bem como não caracteriza vínculo empregatício

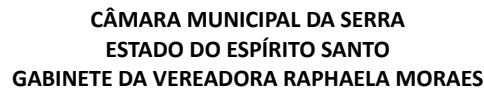
**Art. 3º** São estabelecidos como principais:

I - A não obrigatoriedade da contratação do condutor ambiental.

II - Que a contratação de condutores ambientais seja recomendada a todos os visitantes da Unidade de Conservação do município de Serra.

III - Conceder autorização somente a condutores ambientais considerados qualificados de acordo com os critérios aqui estabelecidos e em edital de convocação.





I - Ter idade a partir de 18 anos.





**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
GABINETE DA VEREADORA RAPHAELA MORAES**

II - Apresentar certificado(s) de conclusão de curso de condutor ambiental ou comprovar experiência prática no exercício da atividade de condução de visitantes em ambientes naturais.

III. Comprovar conhecimento e domínio das informações sobre a Unidade de Conservação e região que irá atuar, por meio de teste de conhecimento relativo aos atributos da unidade de conservação e das técnicas de condução compatíveis com a categoria que o condutor se propõe.

**§ 1º** Para as atividades de turismo de aventura que envolvam o uso de embarcações, equipamentos de segurança, veículos automotores, entre outros, será necessário comprovar capacitação específica pertinente à atividade.

**§ 2º** O teste será conduzido pela equipe da unidade de conservação e Coordenação de Gestão de Unidades de Conservação, em parceria com profissionais de referência em modalidades específicas quando for possível.

**§ 3º** As condições para realização do teste serão estabelecidas em edital específico.

**Art. 9º** Quando da autorização de atividades esportivas, recreação ou prestação de serviços que envolvam as Unidades de Conservação Municipais ou Unidades de Conservação administradas pelo Poder Público Municipal e que houver a necessidade de contratação de mão-de-obra, deverá ser priorizado os condutores atuantes e credenciados.

**Art. 10** A Autorização deverá ser renovada a cada 2 (dois) anos, mediante a realização de avaliação da qualidade do serviço prestado pelos condutores ambientais

**Art. 11** O documento de identificação fornecido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente deverá ser utilizado pelo condutor durante todo o tempo da prestação de serviço no interior da Unidade de Conservação

**Art. 12** Não é permitido ao condutor ambiental a abertura de novas trilhas, atrativos ou utilização de atalhos sem o consentimento da administração da Unidade de Conservação

**Art. 13** Valores pagos do serviço de condução ambiental serão tratados somente entre visitantes e o condutor ambiental autorizado.

**Art. 14** O desrespeito às normas ambientais, aos visitantes, à população local ou aos servidores da Unidade de Conservação, levará à aplicação de punições de acordo com a frequência ou gravidade da situação, sem prejuízo das sanções legais.



Autenticar documento em <https://serra.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 39003800350049804990054005000. Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-7/2001 que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira  
Site: [www.camaraserra.es.gov.br](http://www.camaraserra.es.gov.br) e-mail: [gabineteraphaelamoraes@camara.com.br](mailto:gabineteraphaelamoraes@camara.com.br)  
- ICP-Brasil.





**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
GABINETE DA VEREADORA RAPHAELA MORAES**

**§ 1º** Será aplicada advertência em casos de queixas, reclamações ou avaliação ruim do serviço prestado.

**§ 2º** Será aplicada a suspensão da autorização por tempo a ser determinado pela gestão da UC, em casos de reincidência de advertência, ocorrência de agressões verbais ou desacato.

**§ 3º** Será aplicada a proibição de atuar como condutor ambiental em Unidade de Conservação Municipal, nos casos de reincidência de atos que levaram à suspensão, na ocorrência de agressões físicas, infrações ambientais ou crimes de qualquer natureza.

**Art. 15** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 16** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento dos órgãos públicos envolvidos, podendo ser suplementadas, se necessário.

**Art. 17** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões “Flodoaldo Borges Miguel”, em 09 de abril de 2025.

**RAPHAELA MORAES**  
Vereadora  
Toda vida importa



Autenticar documento em <https://serra.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 39003800350039003500350054005000. Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-7/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira  
Site: [www.camaraserra.es.gov.br](http://www.camaraserra.es.gov.br) e-mail: [gabinete@raphaelamoraes.com.br](mailto:gabinete@raphaelamoraes.com.br)  
- ICP-Brasil.





Os condutores ambientais locais representantes e valorizadores da cultura local, além de promotores da conservação dos ecossistemas visitados e de uma nova consciência ambiental dos visitantes podem ser vistos como uma das vias promotoras do ecodesenvolvimento turístico, em contraposição ao turismo de massa.

Apesar do turismo de massa ser considerado uma das atividades que mais contribuem economicamente para diversas cidades brasileiras, isso não corresponde diretamente ao desenvolvimento social local que a atividade promove. De acordo com Mello (2007), "não se pode admitir que o desenvolvimento de uma sociedade seja entendido como o binômio formado pelo crescimento económico e pela modernização tecnológica, ou seja, o desenvolvimento económico pois o desenvolvimento deve auxiliar na superação dos problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna para seus membros mais justa e legítima.

Deve-se levar em conta que "a economia não é tudo sem a eficácia social" (RODRIGUES, 1997, p.10). Conforme Vieira (2005), o ecodesenvolvimento pode ser compreendido como uma política ambiental preventiva e proativa, que estimula a construção participativa e integrada de novas estratégias de desenvolvimento, com a corresponsabilidade das populações locais.

No nível macroeconômico, as políticas de ecodesenvolvimento podem abordadas com uma tentativa de restabelecer a harmonia perdida entre desenvolvimento e meio ambiente, onde o Estado se torna responsável pela Implantação de um conjunto coerente de medidas capazes de orientar e articular as iniciativas que emergem no nível local (VIEIRA, 2005, p. 348).

Dentro dessa visão, o mesmo deve ser encarado como importante vetor de desenvolvimento de base local, contemplando principalmente as potencialidades endógenas, tendo pensado e estruturado para contribuir para a melhoria de vida da comunidade receptora, assim como para conservação dos recursos naturais locais ou seja, para uma sustentabilidade socioambiental local (MELLO, 2007). O condutor ambiental local, por sua vez, leva a apresentar funções essenciais na estruturação dessa nova turma, um turismo que internaliza custos ambientais e sociais em seu desenvolvimento.

Nestes termos, aproveitamos a oportunidade para, reiteramos os sentimentos da mais alta estima e consideração.

